



*A SCIT opera sob direcção e supervisão da Procuradoria-Geral de Timor-Leste*



## DEFENSORIA PÚBLICA: “TRAZENDO A JUSTIÇA MAIS PERTO DO POVO”

*Criada durante a administração da UNTAET, a Defensoria Pública foi responsável pela defesa dos suspeitos julgados diante do Coletivo Especial para Crimes Graves. A missão da instituição, porém, é consideravelmente maior e visa também assegurar a todos os cidadãos que, mesmo os mais carentes, terão acesso à justiça em todas as suas diferentes especialidades, seja criminal, civil ou qualquer outra. O diretor da Defensoria Pública, Dr. Sérgio Hornay, fala ao SCIT Info sobre a falta de advogados, um dos maiores desafios enfrentados pela instituição. Entretanto, Hornay afirma que, em 2009, os defensores públicos estarão presentes nos distritos em caráter permanente. O diretor da Defensoria Pública garante que o compromisso da instituição é trazer a justiça mais perto do povo.*

### **Há quanto tempo existe a Defensoria Pública em Timor-Leste?**

Desde os tempos da administração transitória da UNTAET, em 2000. A instituição foi criada para prestar serviços públicos, apoiando nossos cidadãos sempre que estes estivessem diante de um tribunal necessitando de assistência jurídica. Até o ano de 2005, nossos advogados atuavam na defesa dos acusados de crimes contra a humanidade ou outros crimes graves ocorridos no ano de 1999, que foram julgados pelo Coletivo Especial para Crimes Graves. Hoje, a Defensoria Pública dá assistência aos cidadãos em quaisquer demandas jurídicas.

### **Há quanto tempo o senhor dirige a Defensoria Pública?**

Comecei no final do ano de 2001, início de 2002. Venho lutando para organizar e coordenar a instituição para que possamos fortalecer o setor judiciário. Os defensores públicos formam o terceiro pilar da justiça, que também inclui os procuradores e juizes.

### **Quantos advogados atuam como defensores públicos?**

Temos 15 defensores públicos, sendo 11 deles nacionais e 4 internacionais. Destes, 4 ainda estão em período de experiência.

### **A Defensoria Pública atua em todo o País?**

Sim, por todo o País, segundo a jurisdição de nossos

tribunais. Onde houver um tribunal, haverá um defensor público. Até agora, não tivemos meios para oferecer melhores condições aos defensores que trabalham nos distritos, como por exemplo um escritório com energia elétrica permanente. Entretanto, estamos fazendo uma avaliação de nossas necessidades a fim de providenciarmos condições adequadas. Estas condições estarão implementadas ainda neste ano.

### **Os defensores permanecem instalados nos distritos?**

Os defensores não permanecem nos distritos o tempo todo, temos um sistema de rodízio. Embora ainda não contemos com 100% de nossa força, ao menos podemos assegurar alguma presença nos distritos para atender às necessidades dos que precisam de nossos serviços. Temos um defensor destacado para o distrito de Baucau, outro para Suai e mais outro para Oecussi. Como advogados públicos, eles prestam consultoria e assistência jurídica à população dos distritos. E, como já disse, neste ano vamos providenciar condições para que os defensores permaneçam nos distritos. Nossa estratégia é tornar o acesso à justiça mais próximo da população.

### **Qual o papel da Defensoria Pública no contexto jurídico de Timor-Leste?**

Nosso papel é garantir que haja um sistema jurídico adequado no País. Ou seja, existimos para cumprir com os princípios constitucionais que determinam que todo cidadão é igual perante à Lei. Como se sabe, os tribunais jugam e o procurador representa o Estado. Então, a Defensoria Pública existe para equilibrar estes dois outros pilares. Nosso papel essencial é garantir um decurso litigioso justo, segundo a Constituição da República e o Estado de Direito democrático.

### **Todos os cidadãos têm acesso gratuito aos serviços da Defensoria Pública?**

Sim, gratuito. Esta é nossa missão segundo nosso regimento (Decreto 38/2008): prestar assistência jurídica gratuita à população carente. A renda média dos timorenses é bastante baixa; então, quando al-



### **Editorial:**

*Nesta terceira edição do SCIT Info temos o prazer de apresentar o terceiro pilar do sistema judiciário de Timor-Leste: a Defensoria Pública. Aqui, o diretor da instituição, Dr. Sérgio Hornay, fala sobre o papel essencial dos defensores públicos, seus desafios e progressos. Além disso, temos a satisfação de informar a todos os timorenses que a SCIT continuará com suas investigações, já que, no último 26 de Fevereiro, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu prorrogar o mandato da UNMIT por mais 12 meses. Em sua resolução de número 1867 (2009), o Conselho de Segurança reafirma “a importância dos contínuos esforços em busca da responsabilização e justiça, além de um método coordenado de reforma no setor judiciário”.*

**Marek Michon**  
Chefe da Equipa de Investigação de Crimes Graves - SCIT



UNMIT/Equipa de Investigação de Crimes Graves (SCIT) newsletter • edição 3 • Março, 2009

SCIT-UNMIT  
UN House  
Rua Caicoli  
DILI

Fone: 330-410  
Fax: 330-4110

Centros Regionais de Apoio da UNMIT  
**BAUCAU:** Vila Nova  
**MALIANA:** Holsa Soso  
**SUAI:** Ao lado do heliporto

Para maiores informações, entrar em contato com:  
Júlia Galvão Alinho  
Oficial para Relações Externas  
+670 73 11 519  
E-mail: alinho@un.org

**Investigando 1999 para auxiliar na busca por justiça em Timor-Leste**

WWW.UNMIT.ORG/RULE OF LAW/SERIOUS CRIMES

**Fatos....**

- **Juramento da nova Procuradoria-Geral de Timor-Leste no dia 27 de Março.**  
Ana Pessoa prestará juramento, com a presença do Presidente da República, Dr. José Ramos-Horta, para assumir a Procuradoria-Geral de Timor-Leste no dia 27 de Março de 2009. Dr. Longinhos Monteiro, então ex-Procurador Geral, será nomeado comandante da PNTL.
- **Reparação às vítimas. Projeto de Lei ficará pronto neste ano.**  
A unidade de Direitos Humanos da UNMIT e a Sessão Transitória de Justiça contrataram um novo perito a fim de preparar um projeto de lei baseado na instituição que fara o seguimento da CAVR) e CAV. Esta lei deve prever um esquema de reparação às vítimas de violações aos Direitos Humanos ocorridas em Timor-Leste entre os anos de 1974 e 1999. O projeto de lei estará pronto no segundo semestre deste ano e será discutido no Parlamento Nacional.

guém precisa se defender em um tribunal, não tem dinheiro para pagar os honorários. A Defensoria Pública existe para atuar nestes casos.

**Como as pessoas têm acesso a estes serviços? Basta vir diretamente até aqui?**

Podem requisitar nossos serviços por meio dos tribunais. Se alguém é acusado e não tem advogado de defesa, então o juiz notifica a Defensoria Pública para prestar assistência imediata àquele cidadão. Qualquer um que necessite de assistência em um julgamento poderá também vir diretamente até nós. É por isso que nos esforçamos para divulgar informações sobre o papel da Defensoria Pública. Espalhamos panfletos por Dili e também nos distritos e sub-distritos, para que as pessoas saibam o que fazemos e possam vir até nós. É uma tarefa constante, porque, às vezes, é preciso explicar até mesmo o que é um advogado e o que ele faz.

**Qual é a abrangência da assistência prestada pela Defensoria Pública?**

Trabalhamos em todos os tipos de demanda jurídica. Na esfera criminal, quando alguém comete crime tipificado na Lei; na área civil, quando há uma contenda entre indivíduos; e também nos campos trabalhista, administrativo e de

defesa do consumidor. Embora o número de defensores públicos seja ainda insuficiente, tenho orgulho em dizer que nossos serviços têm boa qualidade. Todos os nossos defensores foram instruídos no Centro de Treinamento Judiciário, o que deu consistência à nossa estrutura jurídica.

**Quais foram as maiores realizações e desafios nestes últimos anos?**

O maior desafio tem sido a falta de recursos humanos. Também precisamos de maior apoio do governo timorense. Apesar disto, alcançamos progressos e temos apoio constante de advogados internacionais.

**Por que é importante que o Estado ofereça estes serviços?**

Porque o Estado timorense é um Estado de Direito democrático. Nossa Constituição diz que a justiça não pode ser negada aos cidadãos de maior carência. Todos têm o direito de gozar dos benefícios da Lei quando enfrentam um processo legal ou apresentam um recurso aos tribunais. O Estado, portanto, teve que criar esta instituição a fim de salvaguardar os direitos de seus cidadãos e evitar que estes sejam discriminados por conta de sua condição social quando buscam acesso à justiça. De outra forma, não teríamos justiça.

**Jornalistas timorenses passam um dia com a SCIT**

Um grupo de 16 jornalistas de diferentes veículos timorenses de informação esteve presente às sessões apresentadas durante um dia inteiro na sede da Equipa de Investigação de Crimes Graves (SCIT). As atividades foram planejadas a fim de esclarecer os profissionais da informação sobre os trabalhos e o mandato da SCIT, além de explicar a estrutura jurídica sob a qual caminham suas investigações. "Esta iniciativa é muito útil aos jornalistas timorenses, uma vez que eles têm que informar a população sobre estas importantes questões", disseram os profissionais da mídia ao final das atividades, que incluíram também uma visita ao laboratório forense da SCIT. "Isto aumenta nossa capacidade para cobrir assuntos sobre a justiça", acrescentaram.



Os jornalistas demonstraram especial interesse pela estrutura jurídica internacional e técnicas forenses para identificação de vítimas.



Imprensa timorense cobre a chegada do Presidente da República à nova sede da Procuradoria-Geral.

**Inaugurada nova sede da Procuradoria-Geral**

No dia 5 de Março de 2009, o Presidente da República, Dr. José Ramos-Horta, inaugurou os novos escritórios da Procuradoria-Geral, em Dili. No mesmo dia, 4 novos procuradores prestaram juramento antes de iniciar seus trabalhos, prometendo "trabalhar firme, contribuindo para diminuir o número de casos pendentes na Procuradoria".

O novo prédio, localizado em Colmera, foi construído por uma empresa timorense e vai contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos procuradores. Conforme enfatizado pelo Presidente da República e pelo Procurador-Geral, XXXX, "assim como os novos escritórios de Baucau, Oecussi e Suai, este prédio reflete o esforço das autoridades timorenses para fortalecer seu sistema judiciário".

O Primeiro-Ministro, Kay-Rala Xanana Gusmão, também visitou a nova sede e parabenizou o Procurador-Geral por suas realizações durante os oito anos no cargo.